



1 **Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Loteamento**
2 **Parque das Nações”, de responsabilidade de Loteamento Recreio das Palmeiras**
3 **Ribeirão Preto SPE Ltda, Processo IMPACTO 276/2021 (e-ambiente**
4 **CETESB.096450/2021-72).**

5

6 Realizou-se no dia 30 de novembro de 2023, às 17 horas, no **Araucária Plaza Ribeirão**
7 **Preto - Salão de Eventos Golden Tulip** - R. João Pentead, 2103 - Jardim América - Ribeirão
8 Preto / SP, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de
9 Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do empreendimento **“Loteamento Parque das**
10 **Nações”,** de responsabilidade de Loteamento Recreio das Palmeiras Ribeirão Preto SPE
11 Ltda, Processo IMPACTO 276/2021 (e-ambiente CETESB.096450/2021-72). Após a
12 abertura dos trabalhos e saudação inicial feita pelo Secretário-Executivo do CONSEMA,
13 **Anselmo Guimarães**, este informou que ainda compunha a mesa diretora dos trabalhos a
14 representante do órgão responsável pelo licenciamento, **Viviane Kondratiuk**, da
15 Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb. Foi realizada a explanação das
16 atribuições do CONSEMA e das normas sobre o desenvolvimento da audiência, pelo
17 Secretário-Executivo do CONSEMA, com os esclarecimentos pela representante da
18 Cetesb, **Viviane Kondratiuk**, sobre o processo objeto da Audiência Pública, passando-se,
19 a seguir, às exposições sobre o assunto em questão, com a fala de **Ricardo Ragazzi de**
20 **Oliveira**, representante Loteamento Recreio das Palmeiras Ribeirão Preto SPE Ltda,
21 seguido por **Thiago A. Escher**, da Global Ambientes, que efetuou a apresentação do
22 projeto e do estudo técnico em discussão. Finalizadas as exposições, passou-se ao
23 momento destinado às falas dos oradores inscritos, fase da qual participaram **Jorge**
24 **Eduardo de Mello e Maurício Figueiredo**. Encerrada a participação dos representantes
25 do Plenário, passou-se à etapa das respostas e comentários, por **Ricardo Ragazzi de**
26 **Oliveira**. Finalizada as exposições, e não havendo inscritos para fazer o uso da palavra, a
27 representante da Cetesb, **Viviane Kondratiuk** fez suas considerações finais. Após constatar
28 e informar que todas as etapas da Audiência haviam sido regularmente cumpridas, o
29 Secretário-Executivo **Anselmo Guimarães** reiterou que todo e qualquer interessado teria
30 ainda o prazo regimental de 05 (cinco) dias úteis, para enviar contribuições ou sugestões
31 que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, para o e-mail
32 consema@sp.gov.br. Por fim, agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os
33 trabalhos da presente audiência. Anexo à presente ata, segue a transcrição integral das
34 falas. Eu, **Anselmo Guimarães de Oliveira**, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e
35 assino a presente ata.

Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Loteamento Parque das Nações”, de responsabilidade de Loteamento Recreio das Palmeiras Ribeirão Preto SPE Ltda.

Processo: IMPACTO 256/2021 (e-ambiente CETESB.096450/2021-72)

Data: 30/11/2023

Local: Ribeirão Preto - SP

Horário: 17h00

SR. ANSELMO GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Muito boa tarde a todos e a todas, sejam todos bem vindos. Meu nome é Anselmo Guimarães, sou secretário executivo do CONSEMA, aqui em nome da secretária Natalia Rezende, secretária de meio ambiente e infraestrutura e logística do estado de São Paulo e presidente do CONSEMA. Declaro, portanto, abertos os presentes trabalhos. Hoje a audiência pública vai tratar do estudo de impacto ambiental e o respectivo relatório de impacto ao meio ambiente do empreendimento loteamento Parque das Nações, de responsabilidade da Loteamento Recreio das Palmeiras Ribeirão Preto SPE. E nós vamos aqui, a mesa diretora, além de mim, também é composta pela representante da CETESB hoje está comigo aqui a Viviane Chagas Kondratiuk, ela que é a gerente da divisão responsável pela análise do licenciamento aqui deste empreendimento. Caso houvessem conselheiros aqui presentes, eles também estariam compondo a mesa conosco. Antes de mais nada, antes da gente passar a explanação das normas, gostaria de falar um pouco sobre o CONSEMA, que é o principal órgão consultivo, normativo e recursal integrante do sistema ambiental paulista, cujo as atribuições estão conferidas na própria constituição do estado de São Paulo. O CONSEMA possui como principais atribuições o estabelecimento de normas relativas à avaliação, recuperação e qualidade do meio ambiente, avaliar políticas públicas ambientais de relevante interesse para a sociedade paulista, também apreciar estudos de impacto ambiental, se manifestar sobre instituição de unidades de conservação, zoneamento e planos de manejo e também a condução de audiências públicas para debates de assuntos relacionados a agenda de meio ambiente do estado de São Paulo. As audiências públicas tem como legislação de regência a lei estadual número 9509 de 1997, que estabelece a política estadual do meio ambiente, também a lei estadual número 13507 de 2009, que trata do funcionamento do CONSEMA e o detalhamento das regras está na deliberação normativa CONSEMA número 1 de 2011, que estabelece as regras para convocação e condução das audiências públicas. As audiências públicas possuem como definição serem eventos abertos, públicos, onde são apresentados os aspectos ambientais do projeto ou da proposta a todos os interessados. Possui como objetivo dirimir dúvidas e também conhecer a opinião pública, em especial as audiências públicas conduzidas pelo CONSEMA, naqueles assuntos conversar sobre licenciamento ambiental sujeito a EIA/RIMA, também criação ou operação de unidades de conservação, zoneamentos ecológicos econômicos e outras questões de interesse ambiental na forma da lei. O edital de convocação, a primeira publicação é feita no diário oficial do Estado e na sequência é replicada pelos proponentes, nas mídias locais e regionais. Eu como secretário executivo do CONSEMA tenho a função regimental de conduzir os trabalhos de modo neutro e organizado e garantir a fala de todos, de uma forma participativa e organizada. Os registros dos trabalhos serão feitos em áudio e vídeo, além dos registros por escrito, que vão conter data, hora e

local e também as falas dos participantes. Com relação ao desenvolvimento dos trabalhos, o CONSEMA definiu que os trabalhos das audiências públicas são divididos em 3 partes, sendo que a primeira tem lugar a essa saudação inicial e explanação das normas, além da apresentação dos estudos. A segunda parte tem lugar à participação dos interessados e interessadas e a terceira parte das respostas e comentários. As inscrições para o uso da palavra se encerrarão às 18:00 horas, ou seja, 60 minutos após o início dos trabalhos, sendo que as falas serão feitas no intervalo de tempo, de acordo com a ordem de inscrição, respeitando o segmento de representação, sendo vedada a duplicidade de manifestação, ou seja, cada interessado terá direito a um espaço de uso de palavra. Com relação à primeira parte, que são as apresentações do estudo, serão conferidos 15 minutos para os representantes do empreendedor fazerem as exposições sobre a proposta, sobre o projeto e sobre a localização. Na sequência, são 30 minutos que serão utilizados pelos representantes da consultoria, onde serão detalhados os aspectos técnicos da proposta. A segunda parte é a participação do plenário, onde será aberta a palavra aos interessados e interessadas, começando por representantes do Ministério Público, na sequência, entidades da sociedade civil, depois pessoas físicas, representantes de órgãos ou entidades públicos, membros de conselhos de meio ambiente, parlamentares e se encerra com integrantes representantes do poder executivo, cada um por 5 minutos, à exceção do segmento das pessoas físicas que serão 3 minutos. E a terceira parte, a parte final, são as respostas e comentários, o empreendedor terá novamente 15 minutos para oferecer comentários, também os representantes do consultor terão 15 minutos e a gente encerra com a manifestação dos comentários da Cetesb. Outras considerações que sobrevierem após o término da audiência pública, poderão ainda ser encaminhadas por escrito, para esse endereço que está na tela que é consema@sp.gov.br e isso num prazo de 5 dias úteis. Dito isso, agradeço a participação aqui de todos e gostaria de passar então aqui a palavra, a Viviane Chagas Kondratiuk para fazer a sua saudação inicial, uma ótima tarde e muito obrigado pela participação, Viviane.

SRA. VIVIANE CHAGAS KONDRATIUK - Boa tarde pessoal, eu sou Viviane, represento a equipe multidisciplinar da CETESB que está analisando o EIA/RIMA e o projeto urbanístico proposto para o empreendimento. Nós estamos agora em uma fase de licenciamento prévio, onde ainda são previstos alguns ajustes no projeto urbanístico, a checagem de documentação, o quanto esse empreendimento se encaixa no lugar onde ele está proposto e nessa fase são definidos alguns ajustes e as medidas mitigadoras que vão acompanhar o andamento da instalação desse projeto. A audiência pública é uma fase super importante para que a gente da área técnica fique conhecendo eventuais manifestações que não estão ainda no processo, então tudo que for levantado nesse momento vai ser analisado pela nossa área. Se tiverem alguma dúvida sobre o licenciamento, no final também estou a disposição para tirar alguma dúvida, tá bom?

SR. ANSELMO GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Muito obrigado Viviane pela participação, vai ficar conosco até o término dos trabalhos. Novamente aqui agradecendo a presença de todos, aos representantes também da polícia militar ambiental, obrigado pela participação. Com isso, vou chamar aqui inicialmente para fazer as exposições do projeto. Para isso, representando aqui o loteamento Recreio das Palmeiras, gostaria de convidar o senhor Ricardo Ragazzi para fazer a exposição inicial, seja bem vindo.

SR. RICARDO RAGAZZI DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos, meu nome é Ricardo Ragazzi, sou sócio e engenheiro responsável aqui pelo empreendimento Parque das Nações. Represento aqui, acima de tudo, foi criada uma empresa específica, uma SPE chamada Loteamento Recreio das Palmeiras Ribeirão Preto SPE Ltda. para poder fazer a gestão e a execução desse empreendimento, mas quem está por trás disso são outras empresas, é um grupo, através principalmente da RKMI Engenharia, Grupo De Paula, RO Urbanismo, que conjuntamente são empresas que estão nesse ramo de loteamento há praticamente 50 anos fazendo muitos empreendimentos, acima de tudo no Estado de São Paulo e no Estado de Minas Gerais. Apesar de que, aqui em Ribeirão Preto é o nosso primeiro empreendimento e aí vão seguindo. Aqui a gente só quer demonstrar um pouquinho da linha do tempo da legalização do empreendimento, tudo começou com um pedido de diretrizes lá no ano de 2017. Essa área foi adquirida em 2016 e 2017 começou a serem feitos os primeiros estudos através dos pedidos de diretrizes, aí o processo começou no final de 2018 já desenvolvido ali os primeiros ante-projetos do empreendimento e foi começando a dar entrada na prefeitura para fazer os primeiros processos de viabilidade. Conjuntamente a isso, a secretária do meio ambiente, pelo porte do empreendimento que hoje tem em torno de 900.000 metros quadrados como área, pediu uma consulta da CETESB para avaliação de qual tipo de estudo ambiental seria o mais apropriado. Nesse meio tempo nós fizemos uma consulta com a CETESB e a CETESB entendeu por bem que o estudo mais adequado para poder fazer uma boa avaliação seria nesse caso o EIA/RIMA. Conseqüentemente, a partir de então, de julho de 2019, a gente começou esse processo de EIA/RIMA e também conjuntamente, logo em sequência, a gente começou também a tocar em paralelo o projeto de legalização na prefeitura, naquilo que a gente consegue evoluir. Uma das situações é o projeto de Estudo de Impacto de Vizinhança, para poder entender os impactos e também poder sugerir quais as medidas mitigadoras seriam suficientes e adequadas aqui para poder minimizar ao máximo e potencializar ao máximo as virtudes e os eventuais problemas que poderia gerar. Nesse meio tempo também, porque na CETESB esse estudo de EIA/RIMA, para vocês terem uma idéia, começou lá em julho de 2019 e hoje chegamos aqui para essa audiência pública que é uma das etapas. Nesse meio tempo teve “n” discussões com a CETESB para poder engradecer e enriquecer e deixar de forma mais adequada o projeto urbanístico e minimizar ao máximo os impactos ambientais. Nesse meio tempo também a gente já fez o estudo do relatório de impacto do trânsito, através da TRANSERP, foram 2 anos lá de discussões para poder ver quais eram os impactos no trânsito que o empreendimento gerava e quais eram as medidas mais efetivas para poder sanar esses eventuais problemas gerados pelo empreendimento naquela região. Isso foi concluído agora em junho de 2022 e o EIV foi concluído agora no começo de 2023, ali sim, a gente assinando um termo de compromisso com a prefeitura, estabelecendo algumas medidas para mitigar esses eventuais e também uma contrapartida financeira que é estabelecida de acordo com o decreto específico para isso. E agora seguimos, estamos aqui nessa fase porque a gente não consegue evoluir na prefeitura porque nós já aprovamos no GAPE, já temos praticamente tudo aprovado só na dependência da Licença Prévia daqui, do EIA/RIMA da CETESB, para poder dar andamento na Prefeitura e aí sim aprovar os projetos complementares na Secretaria de Obras, a própria Secretaria do Meio Ambiente e outras mais para ai, conseqüentemente, a gente dar entrada no GAPROHAB e seguir com a aprovação dos outros órgãos estaduais, que é a Secretaria da Habitação, o DAEE, esse caso a parte de saneamento é autarquia municipal que é o Saerp, então não teria a Sabesp e a Cetesb também

faz parte do colegiado e também estaria passando por essa aprovação. Aqui é só uma imagem de localização para poder locar e dar uma direção para vocês da localização do empreendimento, você observa que a área está dentro de um vazio urbano que, há muito tempo, por “n” motivos isso aconteceu e a cidade foi crescendo no entorno dessa propriedade de uma família específica e acabou-se criando esse vazio urbano e aí você consegue enxergar a importância até urbana desse empreendimento, porque ele consegue conectar 2 grandes núcleos habitacionais de bairros e comerciais desse lado, que seria o Cândido Portinari e o Parque São Sebastião, então isso seria muito interessante. Nós somos o primeiro empreendimento, depois da gente tem vindo outros a montante da nossa propriedade que continua esse vazio urbano, então só para vocês se localizarem. Aqui uma visão um pouco mais próxima do empreendimento. Esse aqui é o projeto que está sendo aprovado e que já foi discutido diversas vezes no GAPE, na Prefeitura e também no EIA/RIMA. É um conceito urbanístico um pouco diferente de tudo que se observa, até porque esse empreendimento ele busca atender as classes C e D aqui do município de Ribeirão Preto e ele vem com um aspecto bem mais moderno do que o trivial que se encontra aí. Então ele vem com sistemas de vilas para tentar prestigiar um pouco muito mais as pessoas do que os veículos, então se criou uma hierarquia viária, onde o bairro é subdividido em grandes avenidas para poder dar a vazão e a circulação do trânsito de fluxo mais alto e depois uma hierarquia de ruas mais locais para atender basicamente só os moradores de cada vila. Essas vilas têm algum suporte nas entradas delas de sistemas de lazer, para cada uma delas para poder atender um pouco essa Vila com algum item de lazer, algum espaço de convívio e tanto na entrada quanto na parte de baixo delas, da saída do outro lado. Fora a isso, o bairro também conta com um sistema de praça bem no coração do empreendimento, bem no meio dele, para poder oferecer um pouco mais de qualidade, de benfeitorias para a população de lazer e convivência e também, embaixo, bem na borda da área verde, tem algum pouquinho mais de sistema de lazer para também oferecer um pouco mais e criar uma conexão assim entre o espaço de área verde e também criar um efeito paisagístico, ali à beira de um sistema de lazer, no fundo um bosque, uma floresta para poder integrar ali e dar uso também. Esses lotes mais alaranjados são um tipo de lote para oferecer mais a verticalização, esses lotes brancos são lotes residenciais unifamiliares. E esses lotes, laranja, amarelinho claro são lotes unifamiliar ou plurifamiliar de baixo pé direito, então seria no máximo 2/3 pavimentos, coisas mais baixas, tá? Aqui é só para ilustrar um pouco o que eu estava falando da entrada das vilas, que é para poder beneficiar um pouco mais os moradores de cada vila e oferecer um lazer específico para cada uma delas, tanto na entrada quanto ali na parte de baixo de cada Vila, você vê que as pessoas vão ter uma circulação plena por todo o bairro, mas só o veículo que não vai conseguir circular 100% sobre essas vilas. Aqui, essa outra imagem mostra um pouco o que eu falei da hierarquia viária, essas linhas vermelhas e rosadas aqui mostram as grandes avenidas para o fluxo dos veículos serem mais bem atendidos. Eu acho que basicamente o que deu para apresentar do projeto seria isso, agora vem o pessoal do estudo técnico para fundamentar e dizer um pouco mais detalhado essa questão específica aqui do EIA/RIMA que é a parte ambiental e tudo mais, tá bom? Agradeço aí a todos, muito obrigado.

SR. ANSELMO GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Agradeço ao Ricardo Ragazzi do loteamento Recreio das Palmeiras pela exposição, muito obrigado. Gostaria agora de convidar os representantes da Global Ambient, que estão inscritos aqui, Thiago A. Escher, Plínio A. Escher, Paulo Rodrigo, Alan Tamborim e Bianca Marcusso. Então, por favor, seja bem-vindo, obrigado, para a fala sua temos 30 minutos.

SR. THIAGO A. ESCHER - Boa tarde a todos e todas, aos representantes da mesa Viviane e Anselmo, eu sou o Thiago A. Escher, sou representante da Global Ambiente que foi e que é a empresa responsável pelo estudo mesmo do EIA/RIMA. A Global Ambiente, só rapidinho para falar para vocês, nós somos uma empresa de consultoria ambiental, a gente está localizado nossa sede ali em Campinas, a gente atua no Estado de São Paulo inteiro, na verdade, já fizemos estudos no Brasil inteiro e a nossa especialidade é exatamente licenciamento de empreendimentos imobiliários. Temos um escritório, uma filial aqui em Ribeirão, uma equipe em Ribeirão, mas para grandes empreendimentos assim vem o pessoal lá de Campinas que é onde a gente fica. O EIA/RIMA é um estudo multidisciplinar, bem complexo e, para se fazer esse tipo de trabalho, é necessária uma equipe multidisciplinar, a qual grande parte da equipe está aqui hoje, com o qual eu já agradeço e certamente precisarei se alguém fizer uma pergunta difícil, vou precisar deles para me ajudar também. Esse é o loteamento que já foi apresentado ali pelo Ricardo, eu vou tentar me focar um pouco mais nas questões técnicas, nos impactos ambientais que foram levantados e que a gente vai apresentar. Então aqui essa apresentação é específica para essa audiência pública, esse empreendimento especificamente já passou por algumas audiências públicas, inclusive aqui na cidade de Ribeirão, essa é específica então para o rito do CONSEMA, vou falar de algumas informações gerais, vou me ater principalmente as questões das áreas de influência, como é que a gente definiu essas questões, como foram feitos os diagnósticos ambientais do meio físico, do meio biótico e do meio socioeconômico e a questão dos impactos da identificação, avaliação e os programas de mitigação que a gente apresenta. Aqui algumas questões que o Ricardo também já falou, quem é o empreendedor, a identificação do empreendimento e a gente lá da Global Ambiente. Como eu falei, o objetivo é a questão da apresentação para EIA/RIMA e a gente sempre brinca quando a gente chega nessa etapa de audiência pública, é uma etapa que a gente já gosta um pouco porque de certa forma já teve uma grande análise ali da Cetesb e a gente fica lá esperando, né Viviane, para falar que está apto para audiência pública, a gente fica todo “felizinho” porque já está alguma etapa, a gente gosta, a gente fica ansioso para essa etapa da apresentação. A localização do empreendimento já feita ali pelo Ricardo. Aqui é uma foto mais geral de como que é o empreendimento, do local do empreendimento, então vocês estão vendo aqui a Rodovia Anhanguera, ele está na beira da Rodovia Anhanguera e depois a gente vai detalhar isso. Ela tem um córrego que passa, o córrego das Palmeiras, que passa dentro da área e vocês podem verificar que é uma área, na verdade, com poucas questões ambientais relevantes, não tem nenhuma agitação, ela é utilizada quase que hegemonicamente para atividades de agricultura. O projeto que o Ricardo também já mostrou aqui, depois a gente vai apresentar a PUA, que é a planta urbanística ambiental, que é a questão um pouco mais interessante para a gente discutir. Aqui, especialmente, é a questão das áreas verdes, então aqui é o córrego que passa por dentro das áreas, o córrego das Palmeiras, então o próprio córrego gera uma APP já definida. Aqui ainda tem uma questão que é uma questão da cota de inundação, que é definida pela prefeitura, que também gera uma nova APP, então aqui tem essa questão de ter uma área verde muito bem definida, grande, né? Então esse empreendimento, até pela localização dela, ela precisa ter 35% de área permeável, então ela tem uma possibilidade de uma área verde considerável, então a gente tem 213.000 m² de área verde a ser composta dentro desse empreendimento. De novo, na caracterização do empreendimento, como eu falei, o zoneamento da área ela está numa zona de urbanização restrita, na ZUR. Nessa zona de urbanização restrita pela legislação municipal, tem que ser obrigatoriamente

destinada 5% de área institucional e, como eu falei, 35% para sistemas de áreas verdes e de lazer. Tudo isso foi definido inclusive nas diretrizes ambientais emitidas lá em 2017, que é quando começou a linha do tempo lá do Ricardo, é a partir disso que a gente começa a fazer todo o processo. Esse empreendimento, especialmente, apesar de ter menos de 1000000 de metros quadrados, foi definido pela localização especialmente dele, nem tanto pelas questões ambientais presentes na área, mas mais pela localização, é necessária uma apresentação de um estudo, de uma licença prévia por EIA/RIMA específico. Aqui também já há uma localização para vocês verem a questão do zoneamento, aqui é o empreendimento para vocês verem essa questão amarela é onde é a ZUR, que é a zona de urbanização restrita. A caracterização do empreendimento já foi um pouco falada, o total da área, como que é isso, quanto tem de áreas verdes e a quantidade de lotes. Aqui é o quadro de áreas, então já algumas questões, de novo 35,36% de área verde, de espaços livres, sendo 27 de áreas verdes, 7% do sistema de lazer. Isso é um pouco para mostrar que, obviamente, o empreendimento ele está adequado a toda a legislação específica também da Prefeitura. Os lotes, como o Ricardo já falou como estão mais ou menos desenvolvidos. Eles são de uso misto, então você tem lotes que são residenciais unifamiliares, alguns lotes plurifamiliares e alguns lotes também de comercial e prestação de serviços. Aqui a gente já faz uma população estimada a partir disso, da quantidade de lotes, numa possível ocupação futura a gente prevê uma população estimada no total, no final de toda a sua urbanização, de mais de 11.000 pessoas. E aí a questão de como que a gente vai definindo as questões das áreas de influência. ADA é sempre a Área Diretamente Afetada, não sei se vocês estão vendo pois ficou muito pequenininho aqui para vocês verem, então a ADA é Área Diretamente Afetada que a gente chama que é a área do próprio empreendimento mesmo, a área diretamente afetada. A AID é a área de influência direta, então é a área que a gente colocou como área a verde e a área All é Área de Influência Indireta, e aí a gente utilizou para o meio físico, aqui nós estamos pensando em cada área de influência, então o meio físico e o biótico a gente utilizou área de influência direta e a questão da microbacia do córrego das Palmeiras, que é o córrego que passa dentro da área, e a área de influência indireta é a própria bacia do Rio Pardo que a gente delimitou, que é essa em laranja aqui. Para o meio antrópico, ela tem uma área de influência um pouquinho diferente para a gente conseguir pensar, então a área de influência direta considera as questões de as quadras adjacentes, então ela pegou quase 4000 hectares. Por que que a gente define isso? Isso tem muito mais a ver com a questão dos equipamentos públicos existentes ali na região e a área de influência indireta a gente correspondeu à idéia do próprio município inteiro de Ribeirão Preto. A primeira etapa talvez do EIA/RIMA é a questão dos levantamentos e dos diagnósticos ambientais que são feitos e a gente, a partir dessa questão da definição das áreas de influência, a gente vai para os diagnósticos de cada meio necessário. Para o meio físico a gente faz, além de toda a questão de levantamento de bases secundárias, a gente vai analisar essas questões que são as questões do meio físico, o clima, geotecnia, geomorfologia, pedologia, hidrologia e essas questões. Ai a gente vai montando e fazendo o diagnóstico do que é existente dentro da área. Então aqui é uma planta com relação ao perigo de escorregamento, vocês conseguem ver aqui o empreendimento aonde está AID então toda a questão verde é um risco muito baixo. A mesma questão pro pra questão de alagamento, então toda a área mais em bege é uma área com risco nulo. A área em si é uma área com pouca declividade, inclusive, além de não termos questões ambientais relevantes, fragmentos e tal, ela é uma área com pouca declividade, o que contribui bastante para fazer o estudo. O meio

físico, como eu falei, está na bacia hidrográfica do Rio Pardo, na UGRHI 4 e na sub bacia do Ribeirão da Prata, então já tem a classificação dela, tudo isso é definido e a gente apresenta de forma mais pormenorizada dentro do nosso estudo. Aqui é um desenho para vocês conseguirem entender. Então aqui é a sub bacia do Ribeirão da Prata, tem as sub bacias mais próximas, a UGRHI do Rio Pardo, onde ela está localizada dentro do estado de São Paulo, que é onde gente se localiza também. Aqui a localização do córrego das Palmeiras desde o seu nascimento e o que faz ela passar dentro, estão vendo que ela passa só um pouquinho dentro da nossa área, que é o único córrego de fato relevante ali dentro e aí depois a gente vai mostrar como que o nosso empreendimento, inclusive, vai contribuir, no nosso entendimento, para uma formação de um corredor, de uma tentativa de um corredor ecológico aqui. O meio físico, para fazer toda a idéia do diagnóstico, a gente faz uma série de coletas ali dentro, uma série de estudos foram feitos ali dentro e a maioria dos parâmetros estão em conformidade, tem alguns parâmetros que não estão, que não foram encontrados em conformidades que são esses parâmetros aqui, cloro, cloriforme e tal, que é muitas vezes oriundo de ocupações a montante do empreendimento que jogam irregularmente esgoto no córrego das Palmeiras, o que faz com que a gente tenha alguns níveis de não conformidade existente dentro da área. Aqui são os pontos onde a gente fez a coleta do corpo do corpo hídrico, então a gente faz a montante e os pontos aqui dentro da ADA mesmo. Como recursos hídricos subterrâneos, a gente tem os aquíferos, Serra Geral, o Aquífero Guarani, predominantemente dentro da área a gente tem o Aquífero Guarani, que é característico inclusive da região. Aqui é o mapa para vocês verem, o Aquífero Guarani é esse em azul e vocês veem a nossa área que está quase hegemonicamente oriunda dentro desse do Aquífero, do Aquífero Guarani. Para o meio biótico, que é relacionado muito mais a questão de flora e fauna. Para flora, a gente faz, além de todo o levantamento existente dentro da ADA, dentro da área do empreendimento, a gente também faz todo o levantamento dentro da AID, então dentro da ADA mesmo a gente tem pouquíssimos indivíduos arbóreos, inclusive isolados, acho que a gente encontrou só 15 indivíduos arbóreos dentro da ADA, só que a gente faz todo o levantamento dos fragmentos florestais existentes dentro da AID. Aqui vocês conseguem ver todos os fragmentos que foram levantados, a parte em verde são os fragmentos existentes que foram levantados e os triângulos são os pontos de amostragem que a gente fez dentro desses fragmentos, então a gente faz levantamento com parcelas de todos esses fragmentos localizados dentro da área de influência direta. Aqui estão os nomes dos fragmentos, fragmento de escola, fragmento plantio, Cerrado, Palmares. E aqui dentro da área também existe um fragmento meio deteriorado, mas existe um fragmento dentro da ADA que a gente também fez amostras dentro dele. Aqui para vocês conseguirem ver as unidades de conservação que são próximas à área, então todas as unidades de conservação existentes, você vê esse azulzinho que é especialmente a Estação Ecológica de Ribeirão Preto, que é a mais significativa, mas tem algumas outras menores que também estão dentro da área de influência indireta, que é essa área laranja. O verde de novo é área de influência direta e o vermelhinho é a nossa ADA, que a área diretamente afetada. Para a fauna, a gente faz todo um levantamento, além dos dados secundários de levantamento de tudo que existe na região, a gente faz todo um estudo dentro da ADA, dentro da AID e dentro da All também com as principais espécies de petofauna, avifauna, mastofauna e ictiofauna. Então, aqui são as espécies que foram encontradas, a gente tentou trazer algumas fotos também. Não foi encontrado nenhum animal com relevância significativa, ameaçado de extinção e

nada. Aqui são os locais de registro dentro da ADA para mastofauna, petofauna e avifauna. A passagem de fauna existente, aqui vocês já conseguem ver a questão do possível corredor ecológico, então existe já uma tentativa de corredor ecológico que dentro da ADA especialmente essa APP ela já está bastante degradada, então aqui já há uma passagem de fauna para Anhanguera, para tentar fazer uma espécie de corredor pro restante e aqui não foi necessário uma passagem de fauna porque aqui o empreendimento é aberto, esse loteamento é um loteamento aberto, então é exatamente para contribuir para essa idéia dos corredores ecológicos. Para o meio socioeconômico a gente faz um levantamento com todos os equipamentos públicos existentes no local, então, dentro da AID, a gente tem 25 equipamentos de educação públicas e 16 particulares, a gente faz isso com saúde, a gente faz isso com a cultura, a gente faz isso com os empreendimentos, os bens que são bem tombados. A gente faz mapas de uso e ocupação do solo para vocês conseguirem entender também. Então aqui é todo Ribeirão Preto e vocês percebem, como o Ricardo falou, essa é uma área eminentemente urbana, então ela é um vazio urbano, mas aí vocês conseguem ver também nessa imagem que, apesar de ser urbana, a utilização dela é eminentemente agrícola, a parte amarela é agrícola. Aqui são os equipamentos públicos de educação, como eu falei, todas as escolas são mapeadas, todas as escolas são levantadas, o nome de todas as escolas existentes, os equipamentos públicos de saúde as UBSs, a UPA, todas também devidamente levantadas e apresentadas, os equipamentos de cultura e os centros culturais. E aí a gente entra para a idéia das infraestruturas do loteamento. Para o abastecimento de água está sendo previsto um poço tubular profundo conforme a carta de diretrizes, a gente já tem uma certidão de diretrizes do SAERP garantindo a possibilidade disso, com uma vazão de produção de 250 m³ por hora e já temos também uma outorga do DAEE para isso, tá? Já emitida, já com essa possibilidade. Aqui a localização deles, aqui é a localização do poço tubular e do centro de reserva no ponto mais alto do empreendimento. Para o esgotamento sanitário está sendo previsto alguns pontos de interligação que eu vou mostrar depois para vocês no mapa e o destino final deles é a ETE Caiçara existente e existe próximo do empreendimento uma estação elevatória. Aqui fica mais claro para vocês conseguirem entender que são os pontos de interligação com relação ao esgoto, aqui é o local da elevatória e isso vai ser interligado na rede, na ETE Caiçara existente. Para a questão da drenagem no próprio no projeto, a gente apresenta uma cacimba que vai existir na área e aí então, para a fase de operação da drenagem todos os cálculos que são feitos que a vazão de contribuição após o empreendimento vai ter uma vazão, uma contribuição, de 23% a menos do que a existente hoje. Então é significativo, isso é, todos os estudos foram feitos para chegar nesse ponto que a idéia é que, após a implantação do empreendimento, as questões de alagamento e as questões da drenagem estejam em condições ainda melhores do que o apresentado hoje, apesar de toda a impermeabilização o que vai existir. Aqui são os pontos de drenagem, aqui a cacimba como eu falei, então os pontos de interligação, como isso vai interligar depois no córrego das Palmeiras. Aqui são os locais de contribuição, as áreas de contribuição, todas devidamente apresentadas e estudadas, foi feito todo um estudo, um grande estudo com o período de retorno de 100 anos. De novo a questão da drenagem, então os pontos que foram coletados aqui é a sondagem que mostra que o lençol freático não é atingido depois de 11 metros, então foi feita uma sondagem dentro da bacia, da Cacimba que vai ser existente e ela chega numa camada impenetrável de 11 metros, sem chegar ao nível do lençol freático. Isso é importante especialmente para questão do Aquífero Guarani, que é onde abastece ali a região, isso demonstra a interferência mínima que a gente vai ter com relação ao

Aquífero, está aqui a localização do ponto de sondagem que foi feito. Continuando com a idéia da infraestrutura, na fase de operação dos resíduos sólidos, nós já temos uma certidão da própria prefeitura que a coleta será feita pela municipalidade 3 vezes por semana, isso também já está garantido e aí, a partir disso, de todas essas questões dos diagnósticos feitos, a gente começa a fazer e criar essa tabela da matriz de impactos ambientais. Essa é uma coisa que ficou pequenininho, você não consegue muito entender, mas a idéia é que para cada impacto ambiental, então a gente começa a pensar nos impactos, na geração de expectativa, de impactos gerados dentro da obra, impermeabilização, o tráfego, a disponibilidade hídrica, o impacto nas unidades de conservação. Para cada impacto previsto a gente vai fazendo umas avaliações com relação a isso, então você tem a fase dos impactos, que são as prévias antes da implantação do empreendimento, por exemplo a geração de expectativa na população. O “I” que é de implementação, ou seja, durante a obra e o “O” que é de operação, após a operação de empreendimento. E aí para cada um, portanto, desses impactos, a gente vai fazendo uma classificação a partir do seu caráter, se é negativa, é positiva, se é neutro, se ela é alta, baixa, média, qual é a cobertura dela, se ela é restrita a ADA, se ela vai na influência direta, indireta, a duração dela, se ela é temporária, se ela é média, se ela é alta, se ela é baixa, se ela é permanente ou não e se ela é reversível ou irreversível. Aqui vocês já conseguem perceber que a gente tem pouquíssimos impactos que sejam irreversíveis, a não ser mesmo as questões de impermeabilização do solo e de aumento da demanda por equipamentos públicos por causa do da ocupação do empreendimento. Para cada impacto ambiental a gente monta uma medida mitigatória, que aí a gente apresenta também em cima disso, que aí são feitos a partir dos planos e dos programas de mitigação. Por isso que é um trabalho complexo, porque a gente tem que fazer o diagnóstico, verificar a questão de cada impacto que isso vai ter e para cada impacto a gente criar medidas que sejam medidas mitigatórias. Uma das primeiras medidas, um dos primeiros programas e então um dos mais importantes é o plano de gestão ambiental de obras que são feitas durante a implantação do empreendimento, então ela é iniciada logo no começo da obra e ela vai até o final da operação, que tem como finalidade a proteção ambiental da obra a segregação de resíduos, a proteção da área verde, a proteção da APP, essa série de coisas. Dentro desse plano de gestão a gente detalha a idéia da contenção do solo e de processos erosivos, isso é feito por meio de mantas e criação e implantação de Cacimbas e bacias de sedimentação, isso inclusive, essas próprias mantas também são feitas na própria Cacimba que está sendo prevista dentro do empreendimento, também com o intuito de contenção do solo e de sujeira dentro da bacia. Aqui a localização do canteiro de obras, onde está sendo previsto. A destinação dos efluentes é direta já na rede pública, então não vai ser utilizado banheiros químicos, nada nem durante a obra para os trabalhadores, isso já está tudo interligado e solicitado a ligação de água e esgoto na rede. Então o impacto também do canteiro de obras é pequeno durante a obra. Dentro do plano de gerenciamento de resíduos de construção civil, PGRS, que é um outro plano, a gente detalha toda a questão de como que vai ser feita a questão da segregação dos resíduos por meio de caçambas, isso tudo tem um programa que depois vai ser destinado, que vai ser feito pelos empreendedores e que tem que ser apresentado futuramente depois, tem que ser detalhado para a licença de instalação e comprovado para a licença de operação posteriormente. Para a fase de operação a gente apresenta também formas de segregação, com orientação para os moradores e distribuição de cartilhas, isso faz parte também um pouco do plano de educação ambiental, que depois eu falo

também. O plano de controle de erosão e de assoreamento do corpo hídrico, então aqui tem todo um controle e monitoramento contínuo durante o transcorrer da obra né, as formas de plantio, de taludes, de utilização de bidim, de mantas de bidim, a execução de Cacimbas, dos locais de menor cota, tudo isso são medidas que a gente vai fazendo, bota espera de solo, a retirada da cobertura vegetal, manter os lotes gramados, que são especialmente a questão dos taludes, tudo isso é apresentado como forma de mitigação para como forma de controle de erosão. Apesar de, como eu falei, essa área, especificamente, até pela declividade dela, o risco de disso acontecer dentro, por exemplo, da área verde é um risco pequeno. Além disso, a gente apresenta um plano de qualidade das águas superficiais, lá atrás para fazer o diagnóstico a gente fez todo o monitoramento, as coletas do corpo hídrico e a gente apresenta que, durante todo o processo de obra, seja feito um plano de monitoramento da qualidade das águas naqueles 3 pontos apresentados a montante e a jusante no próprio empreendimento com o intuito de caracterizar mesmo qual o impacto que a obra estaria tendo dentro do corpo hídrico do corpo das Palmeiras. Além daqueles projetos, tem um projeto de reflorestamento e enriquecimento florestal, esse talvez seja um dos projetos mais interessantes que a gente encontra porque a gente está prevendo um plantio de mais de 16000 mudas ali no local. Pensa naquela área verde de 250000 metros quadrados, boa parte daquela área vai ser replantada mesmo tendo um tipo de compensação muito pequena, pois como a gente não vai ter corte de árvores isoladas e a gente não vai ter corte de fragmento e o impacto ambiental é muito pequeno, a gente vê mesmo assim que há uma previsão de um plantio de mais de 16000 mudas, inclusive para a recuperação da própria APP como eu falei e para a implementação de um corredor ecológico. A compensação ambiental prevista em lei vai para uma unidade de conservação, nesse caso ela vai para a Estação Ecológica de Ribeirão Preto, pela possibilidade da existência de um plano de manejo já existente, então estamos prevendo a compensação para essa Estação Ecológica. Aqui o é o projeto de reflorestamento, então aqui são as áreas verdes e aí a gente faz o projeto pensando que isso aqui tudo vai ser enriquecido, vai ser plantado e vai ser transformado mesmo numa área verde de fato. Esse é um grande ganho que a gente vê, já chegando um pouco na conclusão porque, de fato, hoje a gente tem um processo bastante degradado aqui dentro dessa APP e com o empreendimento isso vai ser enriquecido. Além de toda a questão da flora, a gente tem também um plano de monitoramento de fauna, apesar de a gente não ter visto e nem encontrado nenhuma fauna específica, uma fauna enriquecedora e tal, haverá todo um projeto, um programa de monitoramento da fauna para a gente conseguir obter mais informações sobre a diversidade da fauna na região, então todo o processo, especialmente durante a obra, vai ter o monitoramento específico para isso, como afugentamento durante as atividades de supressão e apresentação, inclusive de relatórios contínuos, para o órgão licenciador. Na fase de implantação, além disso, a gente tem treinamentos com os funcionários e colaboradores com relação a também a questão da fauna e para a fase de operação também há a distribuição de cartilhas e conscientização, pensando que no futuro a gente vai ter uma área verde significativa e provavelmente um aumento considerável da fauna existente no local, faz-se necessário também a gente conseguir conscientizar os futuros moradores do local como o uso racional da água, preservação do APP, descarte de resíduos e tal. Também apresentamos um programa de educação ambiental para a fase de implantação junto com os funcionários de todas as questões que a gente já falou de flora, de fauna, de resíduos, de descarte correto, de contenção de solo, então todos os funcionários passam por esse processo de

educação ambiental, passam por programas de treinamento contínuo com relação a isso e, na fase de operação, mais do que uma distribuição de cartilhas que geralmente é feito com uma forma mais simples, a gente propõe também toda uma conscientização junto com moradores, com funcionários, com vizinhos, em escolas, em lideranças de bairro, alguma coisa assim pra gente conseguir fazer um programa que seja uma forma mais efetiva, sempre tendo como temas essas questões de uso racional da água, da preservação da APP, da flora e da fauna do local. E aí já entrando para a idéia das considerações finais, para a gente conseguir pensar. Então, de novo, lá no começo a gente faz a idéia do levantamento e da delimitação das áreas de influência, de como que a gente delimita isso. Delimitando as áreas de influência, a gente faz todo o diagnóstico, todo o levantamento de todas essas questões. Com esse levantamento, a gente verifica quais são os possíveis impactos existentes e com todos os impactos existentes a gente vai criando todas as medidas mitigatórias para cada impacto. E aí, a partir disso, chegando no final, a gente consegue ver para cada meio físico o que é que a gente poderia pensar. Então para o meio físico a gente não vê nenhum óbice com relação ambientalmente para a implantação do empreendimento desde que, obviamente, sejam feitas todas as medidas que são propostas, todos os programas que estão sendo propostos como o controle de erosão, de assoreamento, o controle da água e tal. Da mesma forma, para o meio biótico, mais até do que no meio biótico a gente entende, como eu falei, a contribuição do empreendimento traz um impacto positivo para a região, porque a gente tem ali, como eu falei, um APP hoje degradada, um fragmento meio que inconsistente e a proposta da implantação do empreendimento é que esse fragmento, essa área verde, aumente significativamente e enriqueça ambientalmente também, obviamente com toda a realização de todos os monitoramentos que são possíveis, que a gente está prevendo como o monitoramento de fauna especialmente. Para o meio socioeconômico a gente também vê questões positivas, como aumento do emprego e uma valorização imobiliária do local e, mesmo as medidas que sejam irreversíveis como ao aumento de demanda pro uso público e tal, se a gente pensar em todas as medidas mitigatórias que, e dos programas que são pensados, inclusive pela própria prefeitura a gente entende que também é passível, não é nenhum óbice para a implantação do empreendimento. Concluindo o projeto, portanto, apresentado está conforme as diretrizes municipais, conforme as diretrizes ambientais e a gente considera que, pensando e executando todos os programas de mitigação que a gente está propondo, o empreendimento só tem a ganhar, a própria comunidade e a cidade só têm a ganhar com o empreendimento. Como eu falei lá no começo, a equipe responsável pra uma elaboração de um EIA/RIMA é uma equipe bem multidisciplinar, aqui a equipe nem inteira da global, mas a equipe mais ou menos que participou disso. Eu sempre brinco, a gente gosta de falar que essa equipe ela é inteira interna mesmo, a gente não tem nada terceirizado, né? Ela é feita por uma coordenação geral do senhor Plínio, que está aqui presente e todo o pessoal que trabalha junto com a gente para desenvolver esse tipo de trabalho. Eu fico à disposição, portanto, para qualquer tipo de perguntas e quaisquer questionamentos que sejam necessários, muito obrigado.

SR. ANSELMO GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Muito obrigado Tiago Escher, da Global Ambiente, obrigado pela exposição e pela participação. Estão encerradas as inscrições para fazer o uso da palavra, gostaria então de convidar aqui os inscritos para fazerem uso da palavra, vou convidar para virem até aqui ao púlpito, tem uma Câmera que está filmando aqui e é bom que já fica registrado, obrigado pelo esclarecimento. Então nós temos 2 inscritos pela ordem, Jorge Eduardo de Mello e na

sequência, Maurício Figueiredo. Então, gostaria de convidar que viesse até então aquele microfone e pudesse fazer uso da palavra. Como só temos 2 inscrições vamos estabelecer e padronizar 5 minutos para cada um. Então, por favor, Jorge Eduardo de Mello.

SR. JORGE EDUARDO DE MELLO - Boa noite, está dando para ouvir? Está certo, boa noite, meu nome é Jorge e na verdade eu não vou precisar dos 5 minutos, tenho uma pergunta bem objetiva. Bom, essa obra terá impacto no Aeroporto Leite Lopes? Foi feito algum estudo de impacto? É basicamente essa pergunta. Obrigado pela atenção.

SR. ANSELMO GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Agradeço pela participação, fica registrado aqui e na sequência nós vamos chamar então os representantes que fizeram o estudo técnico para fazer o comentário. Na sequência, Maurício Figueiredo gostaria de convidar então pra participação. Seja bem-vindo, muito obrigado, por favor.

SR. MAURÍCIO DE MELO FIGUEIREDO JUNIOR - Boa noite, primeiro quero parabenizar o empresário, o empreendedor, o grupo que foi um belo de um trabalho e eu falo isso CONSEMA e CETESB que eles chegaram a essa conclusão. Eu falo isso com uma certa propriedade, porque o EIA/RIMA ficou disponível 20 dias na Prefeitura e, como eu trabalho perto, passava lá e então alguns dias a passava e consultava um pouquinho. Então gostei muito da proposta, muito interessante e, o que me chamou atenção, eu não tive tempo de ler o que que seria o impacto e tem uma consulta grande, tinha muita coisa e eu não tive tempo de ler sobre o trânsito, o impacto de trânsito. Então quero saber como que vai ser a interação dessa nova frente que vai ser urbanizada, e, como o colega falou, Leite Lopes, mas eu quero saber o impacto e foi feito esse estudo, eu não tive tempo de ler tudo. Como é que vai ser? O que que foi feito? O dispositivo viário? Como é que vai ser essa interação a nível de futuro? Obrigado gente, parabéns pra vocês.

SR. ANSELMO GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Muito obrigado pela participação secretário Maurício Figueiredo, muito obrigado pela presença aqui. Dessa forma, antes de chamar novamente os representantes do empreendedor e também da consultoria, pergunto aqui se alguém mais gostaria de se manifestar. Perfeitamente, então novamente vamos chamar então aqui os representantes tanto o Ricardo quanto o Thiago. Por favor, a gente chama aqui, fiquem à vontade para fazerem os comentários.

SR. RICARDO RAGAZZI DE OLIVEIRA - Bom, enquanto ela abre ali a consulta do Maurício, eu acho que vai ser mais enriquecedor mostrar aqui os pontos que foram estabelecidos para se mitigarem essa questão do trânsito que vai ser gerado ali e junto com a TRANSERP a gente chegou nessas conclusões, nesse estudo aí de 2 anos que nós fizemos, então vai ser bem mais lúdico olhar e entender. Agora em relação ao Jorge, é uma questão, é um dos ritos né do EIA/RIMA, pelo empreendimento está próximo ali do Aeroporto Leite Lopes, a gente teve que fazer uma consulta com o COMAER para solicitar, ver se houvesse algum impacto e foi feito um estudo e foi encaminhada ao COMAER e a COMAER analisou e nós estamos ali numa linha reta em torno de 4 km, só pra vocês entenderem. Mas o estudo chegou à conclusão que, foi analisado tanto a questão do loteamento e tanto a questão do reservatório, porque é o ponto mais alto do empreendimento e os 2 pontos foi entendido pelo COMAER que não teve nenhum impacto e o empreendimento está ok para seguir em relação a essa questão específica do tráfego aéreo, entendeu? Dani, eu acho que a gente pode ir mostrando com a imagem. Essa primeira imagem aqui, Maurício, é aqui bem próximo

do empreendimento, é um dos acessos. Isso, exatamente. Então gera um impacto ali e ali a gente se separou em tópicos, ali, 1, 2, 3 e 4 e aí mostra em cada ponto qual a solução que a gente chegou junto com a TRANSERP. Para isso foi feito, obviamente, estudos de tráfego, simulações e quem ajudou a gente nesse trabalho foi a Perplan, também de Campinas por sinal, tem bastante gente boa lá de Campinas e aí você vê que foi analisado uma área relativamente grande ali do entorno. Tudo isso daqui também está dentro das 1900 páginas, então é bem compreensível que você não teve tempo de olhar, realmente é um trabalho enorme. Então você vê ali, nós por exemplo no ponto 1, que a configuração atual é um afunilamento para uma faixa, a gente vai ampliar para duas faixas de rolamento. O ponto 2 da rotatória, ainda 1, 2, 3, e 4 são na Leite Nilza, tem uma faixa na configuração atual e nós vamos aumentar para 2 faixas, existe o espaço físico, a gente só vai ter que fazer uma sinalização viária horizontal para poder regularizar isso. Você vê que 1, 2, 3, e 4 basicamente é mais sinalização. Aí se a gente for avançando, né Dani, você vê “n” situações. Você vê no ponto 5 uma via de mão dupla, uma faixa por sentido, a ampliação para 2 faixas de rolamento, apagando o zebado no sentido sul e uma faixa no sentido norte e implantação de mão única de direção. Então cada ponto basicamente ou a gente fez um alargamento da rua, da via, ou a gente simplesmente já existia o espaço físico do pavimento e gente aumentou, regularizou, vai regularizar a sinalização viária, horizontal e vertical. Em algumas situações você vai ver que vai ter que, está vendo a implantação de rotatório com sinalização. Nós vamos também fornecer de contrapartida, para alguns pontos específicos, alguns semáforos para organizar um pouco melhor ali alguns pontos específicos. Então, acho que não tem grandes intervenções, sabe, coisas muito grandiosas, é uma questão mais de inteligência ali da Perplan, da TRANSERP e nossa, fazendo algumas ampliações, alguma mudança de sinalização, alguma mudança de sentido, deixando o sentido duplo ou o sentido só único em algum ponto. Agora, se você ir para as imagens Dani, aí você vê todos os locais impactados aí, então são “n” pontos aí. E, com a simulação que tem, inclusive, você consegue acessar pelo RIT que consta e tem os links das simulações de como que isso vai funcionar, então é muito interessante, fica um negócio muito real, os softwares hoje em dia dão uma leitura do futuro muito interessante e então isso te dá uma tranquilidade para trabalhar. Então, acho que vale a pena sim quem tiver a oportunidade acessar, porque aqui fica difícil apresentar um trabalho tão grande como foi de 2 anos o RIT, então aqui é tentando só mostrar um pouco das conclusões. Eu espero ter atendido e, se tiver mais alguma dúvida, estou aqui á disposição, obrigado.

SR. ANSELMO GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Muito obrigado, Ricardo, novamente, pelos esclarecimentos. Muito obrigado pelas contribuições, pelas perguntas, que servem para engrandecer aqui a análise e o projeto. Muito obrigado. Eu gostaria agora de passar a palavra para Viviane Kondratiuk da Cetesb para fazer seus comentários. Obrigado.

SRA. VIVIANE CHAGAS KONDRATIUK - Bom, acho que foi esclarecido as 2 questões. A do tráfego a prefeitura acompanha de perto as medidas e a CETESB vai checar durante as próximas fases do licenciamento se essas obras previstas no RIT vão ser realizadas. Se quiserem fazer novas contribuições, acho que o Anselmo explica depois que o CONSEMA recebe novas contribuições e a nossa equipe vai estar atenta para incorporar no processo de licenciamento.

SR. ANSELMO GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Isso mesmo, só repetindo então, temos 5 dias úteis para encaminhamento para a gente fechar isso junto com o material da

audiência e obviamente que o processo é um processo que tem uma mobilidade, mas a gente pede para colocar nesse período para que a gente possa juntar e encaminhar já junto com o material de audiência. Por favor, pode falar.

SRA. VIVIANE CHAGAS KONDRATIUK - Esqueci de comentar sobre a primeira pergunta, sobre a interferência com o aeroporto. Na verdade, a CETESB tem normas bem claras sobre área de aproximação e tudo mais, então isso tudo é sempre considerado e o principal impacto seria do aeroporto nesse empreendimento e não o contrário. Então, geralmente as áreas de proteção de risco, tanto de ruído ou de risco do aeroporto, são protegidas e a CETESB não autoriza ocupação residencial, tá bom?

SR. ANSELMO GUIMARÃES DE OLIVEIRA - Obrigado, complementou aqui o esclarecimento. Então só repetir aqui, o e-mail comsema@sp.gov.br. Com isso, vencidas todas as etapas, declaro então a suficiência dos trabalhos e, portanto, encerrados. Muito obrigado, tenham todos uma ótima noite. Até a próxima.